

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.653.787 - MS (2017/0030189-1)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : OSMAR BENTO
ADVOGADO : CARLOS FERNANDO DE SOUZA - MS002118
INTERES. : FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
ADVOGADO : ADRIANA DE OLIVEIRA ROCHA - MS005478
INTERES. : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RELAÇÕES DE POSSE EM ÁREA ALEGADA DE TRADICIONAL OCUPAÇÃO INDÍGENA. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 1.031. RE 1.017.365/SC. AFETAÇÃO. SUSPENSÃO DO FEITO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto contra decisão assim ementada (fl. 664 e-STJ):

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. MPF. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ARTS. 458, II, E 535 DO CPC/1973. VÍCIOS INEXISTENTES. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

O agravante, nas razões do agravo, insiste na mesma tese recursal acerca da existência de omissão no acórdão recorrido.

Nessa oportunidade, também apresenta petição a fls. 697-699 e-STJ, informando a existência de repercussão geral no RE n. 1.017.365/SC, Tema 1.031, de que trata a respeito das relações de posse em áreas consideradas de tradicional ocupação indígena e, para evitar decisões dissonantes, requer "a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que o processo permaneça suspenso até a publicação do acórdão a ser proferido no referido RE, a fim de que o Tribunal *a quo*, posteriormente, proceda ao juízo de conformidade" (fl. 699 e-STJ).

É o relatório. Decido.

Com efeito, observa-se que no presente recurso matéria que é tema com repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão do Plenário Eletrônico de 22/2/2019, (Tema 1.031, RE n. 1.017.365/SC).

Assim, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Isso posto, **determino** a suspensão do presente feito, com a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, até a publicação do acórdão do Recurso Extraordinário afetado para julgamento como repercussão geral, e a Corte de origem, posteriormente, proceda ao juízo de conformidade.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

